

ENTREVISTA

PROF. DR. JOSÉ DIAS SOBRINHO



O Prof. Dr. José Dias Sobrinho é formado em Letras Neolatinas pela Universidade Estadual de Londrina e doutor em Educação pela Unicamp. Realizou estudos em nível de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Aposentado como titular da Unicamp, atualmente é professor da Pós-graduação em Educação da UNISO. Tem atuado como consultor da GUNI/UNESCO e do IESALC/UNESCO. Tem uma longa trajetória no campo da avaliação, tendo contribuído para a elaboração de propostas para avaliação institucional no Ensino Superior como, por exemplo, o PAIUB. É editor da RAIES – Revista de Avaliação Institucional no Ensino Superior.

A presente entrevista foi concedida por e-mail ao Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva, coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos em Avaliação da PUC-Campinas, especialmente para este número de nossa revista.

Revista de Educação PUC-Campinas (REPC): Prof. José Dias Sobrinho, o senhor concorda com a afirmação de que, em matéria de avaliação, somos herdeiros da tradição norte americana ou acredita que esse momento foi superado e já

conseguimos desenvolver um “campo brasileiro” no que se refere à avaliação?

Prof. José Dias Sobrinho: Acredito que, em matéria de avaliação, somos herdeiros das tradições hegemônicas desenvolvidas nos países centrais, especialmente de uma tradição anglo-saxônica. Certamente os Estados Unidos têm uma longa e importante experiência em *assessment* e em acreditação. A literatura refere comissões de acreditação criadas em 1885 (pela sociedade, não pelo estado norte-americano); portanto, as experiências estadunidenses nessa matéria são bastante antigas e consolidadas e servem de referência a vários outros países de todos os continentes. Mas as avaliações e processos de avaliação e acreditação de caráter experimentalista são, atualmente, dominantes em toda parte. Não se pode omitir o papel importantíssimo que os organismos multilaterais (OCDE, Banco Mundial, OMC, UNESCO etc.) desempenham na elaboração dos critérios, dos padrões mínimos e na implementação dos processos de avaliação e de reformas da educação. Além do papel protagônico desses atores multilaterais na elaboração conceitual e

na metodologia, eles também operam na formação de técnicos especializados, no fortalecimento da ideologia e sinalizam os efeitos desejados. Veja-se o exemplo do PISA, prova que a OCDE aplica a estudantes de 15 anos de cerca de 40 países. Aplicada a milhares de jovens e influenciando a educação de muitos países, toda a discussão técnica da prova é feita por apenas vinte ou trinta especialistas. Os professores das escolas, ao menos os brasileiros, não têm a menor idéia dos pressupostos teóricos dessa prova e muito menos do que é necessário fazer para melhorar o desempenho de seus alunos. Porém o modelo de avaliação, ou seja, o mecanismo ideológico que corresponde ao “avaliar é medir mediante prova” fica fortalecido. A tendência mundial, especialmente em tempos de globalização, neoliberalismo e neoconservadorismo, é cada vez mais adotar a linha experimentalista, produtivista, controladora. Apesar de esforços temporária e parcialmente bem sucedidos (PAIUB, SINAES, avaliações institucionais qualitativas e formativas), não se pode falar de um “campo brasileiro” de avaliação. Ao contrário, cada vez mais no Brasil se imitam as práticas avaliativas internacionais, sobretudo as gestadas em países centrais.

REPC: Prof. José Dias, qual sua opinião sobre a utilização da avaliação como política de regulação do Estado sobre o Sistema Educacional (Níveis Básico e Superior)?

Prof. José Dias Sobrinho: Em primeiro lugar, é preciso dizer que o Estado tem a responsabilidade e a obrigação de criar todas as condições para que todas as pessoas tenham efetivamente uma educação de qualidade, em todos os níveis. Como sucedâneo dessa obrigação, cabe-lhe a responsabilidade da regulação da educação, no sentido de assegurar que a educação cumpra os requisitos da cientificidade e corresponda aos objetivos públicos prioritários da sociedade. Para isso, um dos instrumentos mais importantes é a avaliação. Entretanto a avaliação não pode ser mero instrumento da regulação. Ela não pode identificar-se com a função de controle, medição, e seleção. Essencialmente, a avaliação em educação tem um papel formativo (é até um

truísmo dizer, ainda que necessário insistir, que a avaliação em educação tem um papel educativo). Os processos avaliativos são potencialmente ricos do ponto de vista formativo, desde que participativos, democráticos e dialógicos. Fornecem, ademais, informações que devem ser úteis às reflexões dos sujeitos educativos. A avaliação efetivamente educativa existe essencialmente para melhorar a educação, não para punir e classificar indivíduos, grupos ou instituições.

REPC: Prof. José Dias, na área educacional temos visto posicionamentos advogando a complementaridade entre a avaliação em larga escala, de natureza quantitativa e que avalia fundamentalmente resultados, e a avaliação institucional, de natureza qualitativa e que avalia fundamentalmente processos. Poderíamos afirmar que o SINAES, com os rumos que tomou o ENADE, mais direcionado à avaliação de alunos que de curso, e a Avaliação Institucional, direcionada à avaliação interna e qualitativa, seria expressão dessa complementaridade?

Prof. José Dias Sobrinho: O fenômeno educativo é bastante complexo. As avaliações da educação devem utilizar vários instrumentos, porém não de modo fragmentário e isolado. Assim, avaliações internas e externas, quantitativas e qualitativas, de processos e de resultados, de estudantes, de instituições, de cursos, de sistemas etc. não devem opor-se, mas, sim, complementar-se, preservando sempre uma visão articulada, de conjunto, e de interatuação, sem jamais perder de vista os fins da educação. O ENADE não faz sentido isoladamente. Ele só pode ser compreendido na dimensão de totalidade do SINAES.

REPC: Prof. José Dias, o MEC-INEP tem conferido aos dados do ENADE papel central (70% do valor do Índice) no estabelecimento do IGC (ou CPC) que estabelece “ranqueamento” de IES, apesar da intenção inicial do Enade ser a avaliação de cursos. Assim, é possível considerar que o espírito inicial do ENADE foi desvirtuado e que no atual modelo ele seria inferior ao “Provão”, vez que não avalia a todos os alunos?

Prof. José Dias Sobrinho: A avaliação não é uma simples atividade técnica centrada em indicadores, por mais sofisticados e precisos que esses sejam. O ENADE, tal como foi pensado e inicialmente implementado, centra-se numa concepção de avaliação dinâmica: avalia as mudanças que ocorrem na trajetória do estudante. Não se propõe a medir o quanto o aluno demonstra ter sido capaz de reter, e, sim, o que é capaz de fazer, em situações novas, com os conteúdos e experiências com os quais se relacionou ao longo dos estudos. Esse paradigma está sofrendo uma mudança significativa nas últimas práticas do INEP. De avaliação dinâmica, o ENADE torna-se avaliação estática e entra como o principal elemento na elaboração de *rankings*. Ganhou centralidade e uma certa independência no SINAES (que deve ser um sistema de avaliação, não justaposição de instrumentos), quando deveria ter uma importância muito mais reduzida e sempre relativa aos demais instrumentos e processos avaliativos, especialmente a avaliação institucional interna e externa. Além do mais, o ENADE assim praticado reforça a idéia de que os instrumentos e os índices são a própria avaliação. Mais grave ainda, a autonomia acadêmica transfere-se do professor e das instituições para os organismos de avaliação/regulação. A qualidade da educação se reduz ao conceito de qualidade do ensino e essa “qualidade” tem muito menos a ver com a qualidade propriamente dita e muito mais com a qualidade idealizada pelos técnicos da avaliação-regulação.

REPC: Professor, há toda uma discussão em torno das escolas eficazes e do “efeito escola” para a “agregação de valor” à cultura do aluno. O senhor acha possível dizer que a discussão em torno do IDD corre o risco de transpor para o âmbito da Educação Superior o tema das escolas eficazes, deixando-nos próximos de pautar a discussão de um “efeito universidade”, por exemplo?

Prof. José Dias Sobrinho: A tendência mais claramente observável nas políticas setoriais é a do aumento da eficácia e da eficiência, como conceito central da qualidade em educação.

Disso decorre a importância dos procedimentos quantitativos, estatísticos, isto é, a centralidade da medição de resultados ou produtos, como: aumento nas taxas de matrícula e de titulação de estudantes, diminuição de tempos de estudos, ampliação da infra-estrutura (bibliotecas, computadores) etc. Obviamente, esses aspectos também são importantes, mas a avaliação deve levar em conta, sobretudo e para além disso, os aspectos substantivos da formação (do profissional-cidadão), da responsabilidade social quanto ao desenvolvimento humano sustentável, do fortalecimento da democracia, enfim, das dimensões técnicas, científicas, éticas, estéticas, políticas, individuais, sociais etc. da educação.

REPC: Para finalizar, o senhor considera que a criação do Índice Geral de Cursos (IGC ou CPC) pode-se constituir em indutor de melhorias na Educação Superior?

Prof. José Dias Sobrinho: Toda avaliação produz efeitos. Em cada caso, é preciso analisar quais são esses efeitos. No caso do IGC (CPC), parece-me que, a continuar no futuro médio, as instituições e os cursos mais sensíveis aos efeitos de exposição pública através de *rankings* tenderão a adaptar e acomodar seus procedimentos pedagógicos, especialmente em práticas de treinamento de alunos, ao exame nacional, para obtenção de mais pontos na competição com outras instituições congêneres, e a incrementar o *marketing* institucional na mídia. Aliás, já circulam na grande mídia as propagandas do tipo “1º lugar em [...], segundo o MEC”. Lamentavelmente, os *rankings* foram oficializados pelo MEC e a competitividade de mercado está sendo erigida como valor central da educação superior. Educação de qualidade substantiva e social requer investimentos em todos os níveis, sólida formação de professores e instrumentos de avaliação que induzam práticas com valor educativo, com relevância científica e social. Os efeitos mais duradouros em educação requerem a adesão e a participação efetiva dos principais agentes das transformações: os professores.

